

Apresentação do Dossiê

DOI: 10.5965/1984724623532022006

<http://dx.doi.org/10.5965/1984724623532022006>

Pandemia, território e desigualdade

Mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche. Seu papel ativo faz-nos pensar no início da História, ainda que nada seja como antes. Daí essa metáfora do retorno. Milton (Santos, 2002, p. 15)

A trágica experiência histórica inaugurada pela Covid 19, gerou, desde seu reconhecimento mundial como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), em janeiro de 2020, uma situação coletiva de desespero e incerteza, agravada pela rapidez com que o vírus se disseminou por todo o mundo. O reconhecimento da doença, em 11 março do mesmo ano, pela Organização Mundial de Saúde - OMS, como Pandemia, implicou na percepção de que a doença estava em escala mundial, interrompendo fluxos, fechando fronteiras, parando a vida cotidiana em todas as regiões do mundo. Embora outras pandemias tenham ocorrido no século XX, como a Gripe Espanhola, no início do século, ou ainda, a pandemia da Aids, na década de 1980, e, mais recentemente, o Ebola, todas estas crises sanitárias internacionais que impuseram maiores controles fronteiriços (VENTURA, 2020), a COVID-19, pela rapidez com que o vírus se disseminou e sua letalidade alta, implicou em medidas restritivas que extrapolaram os controles fronteiriços e uma quarentena se instalou em escala global. Fique em casa, frase que ecoou em diversos idiomas e localidades – atingiu de forma desigual as populações no mundo, pois nem todos puderam efetivamente permanecer em casa – demarcou um processo histórico cujas consequências e implicações estão longe de serem compreendidas em sua magnitude e elaboradas de forma coletiva. Este processo certamente requer tempo, trabalho e estudo para ser logrado a contento.

O Brasil registrou ao final de 2022 um total de 693 mil mortes de COVID 19, enquanto ao redor do mundo foram registrados 6.068 milhões de mortos. Dentre as vítimas – homens e mulheres, indistintamente – predominaram, inicialmente, os mais velhos, embora a doença venha acometendo cada vez mais os jovens e, em número crescente, crianças. Ao longo dos anos de 2021 e 2022 as mortes diminuíram consideravelmente, em decorrência do avanço do processo de vacinação. No entanto, ainda temos no país e no mundo novos casos de COVID e novas variantes; o número de mortes voltou a crescer, chegando a 230 mortes diárias no mês de dezembro deste ano.

Desde os primeiros momentos, todavia, o medo e angústia da população, em geral, e dos profissionais provocou, no campo científico, uma eclosão de pesquisas sobre o assunto em diversos países, algumas com apoio estatal e fomento, outras, desenvolvidas de forma voluntária e colaborativa, articulando registro, reflexão e monitoramento das diferentes dimensões envolvidas pela Pandemia. Para além da pesquisa farmacológica e biomédica, peça-chave dos esforços e decisiva para controle imediato do vírus representada pelas vacinas, outros tantos trabalhadores científicos (para usar a expressão de Álvaro Vieira Pinto) passaram a desenvolver trabalhos de registro e investigação em seus domínios de saber, em grande parte de forma coletiva. No Brasil, não obstante os impeditivos do governo Bolsonaro (2019-2022) – frontal e estupidamente contrário às orientações da OMS – não foi diferente: uma significativa parte da comunidade científica brasileira, em grande medida situada na universidade pública, não mediu esforços em entrar em campo e desenvolver trabalhos de cunho investigativo nos diferentes domínios da vida em que a experiência da pandemia adentrava. Antes mesmo de retornar às salas de aula na forma remota, já havia coletivos de pesquisadores e pesquisadoras trabalhando, sem parar, de forma criativa, comprometida e responsável. E, em muitos casos, em colaboração direta com os setores da sociedade mais vulnerabilizados com a propagação do vírus, colaboração esta viabilizada por inserções e articulações anteriores, seja em trabalhos de extensão, seja em trabalhos de pesquisa propriamente dita, já que - sobretudo no âmbito das ciências sociais - a universidade brasileira conta com um contingente expressivo de acadêmicos capilarizados nas periferias, nas aldeias indígenas, nas áreas rurais.

Muitos frutos deste belo e dramático trabalho já foram disponibilizados em publicações de diversos escopos e alcances, expressão do comprometimento da universidade brasileira com o povo brasileiro, que em grande parte, não pode vivenciar o isolamento e a quarentena “de fato” e se viu obrigado a se expor quase que totalmente ao vírus para, com seu trabalho, garantir sua sobrevivência e a reprodução da vida de todos. As formas desiguais de viver a vida, anteriores a pandemia, portanto, se aprofundaram durante a pandemia, e como buscam mostrar os artigos deste Dossiê, agravaram-se de forma inaudita, tendo por suporte a materialidade de seus territórios. Nesta via, a Revista Percursos buscou contribuir com o avanço do debate científico sobre esta dura experiência que nos tocou o viver cotidiano, a partir do recorte da desigualdade social e da noção de território.

Categoria analítica de grande importância para as Ciências Sociais, território se tornou central hoje, como coloca o geógrafo Milton Santos, expressando as resistências dos povos face ao avanço de uma modernidade capitalista, colonial e incompleta. A materialidade do espaço geográfico, síntese de múltiplas determinações, é vivida na concretude da vida por cada sujeito social, e mesmo em um contexto em que o domínio técnico científico-informacional tenha se alçado a uma esfera de grande amplitude, nas últimas décadas, há que ainda – e, talvez, cada vez mais - observar este “retorno” do território. De uma forma ou de outra, cada artigo que trazemos nesta coletânea aponta para esta (re)emergência do território, da experiência específica – mas geral – dos grupos que, todos, atingidos de maneira fulminante, pela mesma propagação do vírus e suas variantes, vivenciam, de maneira diferente, e, infelizmente, ainda desigual, o mesmo processo global (SANTOS, 2002).

Os artigos selecionados expressam a afinidade com a proposta da Revista Percursos, tendo como pressuposto a constatação de que a Pandemia não inaugura novas situações de desigualdades, vivenciadas nos diversos territórios – territórios usados que se conformam como os lugares de que fala Milton Santos - mas que vem a aprofundar brutalmente - e de forma inequívoca - relações sociais e desigualdades pré-existentes.

O artigo “Pandemia e intensificação da estigmatização: incursão entre populações em situação de rua no Distrito Federal”, de autoria de Gamaliel da Silva Carreiro (UFMA) e Pedro de Andrade Calil Jabur (UNB), aborda os impactos da pandemia na vida das populações em situação de rua no Distrito Federal. Os autores lançaram mão da noção de estigma de Goffman para analisar os processos de estigmatização que as populações de rua sofreram durante a pandemia. Numa pesquisa de natureza qualitativa, que envolveu uma escuta atenta a partir dos depoimentos de moradores de rua, os autores demonstraram que durante a pandemia ocorreu um processo de intensificação da rotulação social dessa população, acentuando ainda mais os processos de estigmatização já existentes sobre esses sujeitos. Logo, a pandemia não produziu o estigma, mas reforçou nesta população o estigma de transmissores de doença. Tal rotulação, segundo os autores, encobre o sistema político, econômico e social desigual que produziu e continua produzindo essas populações de rua, tornando-as invisíveis como sujeitos de direitos e garantias sociais. Neste sentido, a contribuição do artigo é desnaturalizar as condições sociais que produzem essa população de rua e os estigmas que carregam.

O artigo “Por una Panamazonía viva y saludable: la perspectiva del Buen Vivir”, de Ivón Natalia Cuervo (UFSC), Eunice Sueli Nodari (UFSC) e Marcia Grisotti (UFSC), analisa algumas das consequências que os modelos de crescimento econômico e a forma de utilização dos recursos naturais impactam na região amazônica e na sua sociobiodiversidade. As autoras destacam que a degradação ambiental causada pelo desmatamento da Floresta Amazônica impacta na biodiversidade, na elevação da temperatura climática e, entre outras consequências, as mudanças climáticas aumentam essa perda e amplificam a propagação de vírus em ambientes úmidos e quentes. Desta forma, em contraponto à “exploração da natureza” promovida pelo sistema capitalista, que só beneficia uma minoria de seres humanos em detrimento da maioria dos outros seres - humanos e não humanos - e seus ambientes, desenvolveu-se a visão de mundo do Bem Viver pelos povos andino-amazônicos e a perspectiva descolonial. Partindo dessa perspectiva, El Buen Vivir, defende a necessidade de respeitar todas as formas de vida. Assim, constitui uma possibilidade de estabelecer outra relação entre todos os seres vivos e seus ambientes e, conseqüentemente, uma tentativa de evitar a destruição do que

resta da floresta amazônica e o possível surgimento de outras pandemias semelhantes à do COVID-19. naquela região. Por fim, as autoras concluem que os governos latino americanos não adotaram medidas que protegessem as populações mais vulneráveis, dentre elas as populações indígenas, o que agravou as consequências da pandemia para essas populações e para outras populações, como afrodescendentes e ciganos que historicamente vivem em condições de pobreza e miséria. O artigo traz uma relevante contribuição ao destacar a importância de considerar um outro modo de vida, que garanta a biodiversidade e a cobertura florestal na Pan Amazônia, como forma de reduzir o desmatamento, a elevação de temperatura climática, e, conseqüentemente, a produção de novos vírus, gerando uma vida mais saudável para todos, o bem viver.

No artigo a “Circulação, regiões agroindustriais e a Covid-19: o caso do Oeste Catarinense”, Cássia Regina Segnor (UFFS), Fabiane Ripplinger (UFU) e João Henrique Zoehler Lemos (UFSC) trazem uma importante contribuição ao Dossiê ao analisarem um dos setores econômicos que não paralisou suas atividades durante a pandemia - a agroindústria - destacando como a forma como está organizado este setor produtivo pode ter contribuído para produzir um “corredor de circulação de COVID”. As autoras analisam as possíveis relações entre a interiorização da recente pandemia da Covid-19 no Brasil e a especificidade da atividade produtiva situada nas regiões agroindustriais. Partindo da noção de especialização regional produtiva, os autores demonstraram como na região Oeste de Santa Catarina há uma concentração de atividades em determinados pontos nodais do território e a ampliação dos fluxos de insumos, equipamentos e trabalhadores, que circulam entre as cidades da região. Essa cadeia produtiva conecta cidades de menor porte e complexidade às cidades de papéis regionais, maiores e mais complexas. Assim os deslocamentos entre as cidades da região demonstraram essa interdependência, através dos eixos viários e as aglomerações, nas diversas etapas de produção agroindustrial expondo todos os trabalhadores além de toda a sociedade, ao risco de contaminação.

O artigo “Território e pandemia: aprofundamento da desigualdade e resistências no conjunto de favelas da Maré (RJ)”, de autoria de Eblin Farage (UFF) e Camila Barros

(UFRJ), aborda a questão do direito à cidade e o agravamento das condições de vida dos trabalhadores residentes em favelas com a pandemia do novo Coronavírus e a intensificação da regressão dos direitos sociais no último período. O artigo analisa a campanha “Maré diz NÃO ao Coronavírus” e a construção da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635 (conhecida como ADPF das favelas), que significou a determinação de suspensão das operações policiais nos territórios de favelas do Rio de Janeiro, reduzindo a letalidade por parte do Estado durante a pandemia. O artigo traz uma reflexão fundamental sobre a importância de uma intervenção qualificada do poder público nas favelas e evidências práticas de resistência da população através da organização coletiva no território. As autoras demonstraram que a pandemia deu maior visibilidade às desigualdades da sociedade capitalista, na qual os trabalhadores mais empobrecidos, que vivem em territórios de favelas (onde grande parte da população é de negros/negras e mulheres), são as populações mais atingidas. Para além das ações de solidariedade que ocorreram durante a pandemia, destacando a importância da redução das ações policiais nas favelas no período pandêmico, as autoras chamam a atenção para a necessidade de ações mais estruturantes para que essas populações tenham garantidos, efetivamente, o direito à cidade.

Estas reflexões que acompanharam os impactos da pandemia em diferentes territórios no país evidenciam as desigualdades vivenciadas nos territórios. A pandemia atingiu as diferentes classes sociais, vulnerabilizando moradores de rua, mulheres, populações negras, indígenas, trabalhadores em frigoríficos, dentre outros trabalhadores, que permaneceram em atividades durante a pandemia. Nesta via, os artigos reunidos neste dossiê relatam uma parte dessa história de maneira sensível e, ao mesmo tempo, crítica, evidenciando as condições sociais, econômicas, políticas e ambientais que produziram a pandemia e agravaram suas consequências, justamente, nas populações que estavam e permanecem desprotegidas nesta sociedade desigual, diante de um Estado que, no caso brasileiro, atuou de maneira negacionista e pouco científica em relação a pandemia.

O presente dossiê expressa, por fim, a nossa solidariedade a todos aqueles que perderam pessoas importantes em suas vidas.

Referências

PINTO, Álvaro Vieira. **Ciência e existência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC/Annablume, 2002.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima et al. Desafios da pandemia de COVID-19: por uma agenda brasileira de pesquisa em saúde global e sustentabilidade. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro. v. 36, 2020.

Professora Doutora Carmen Susana Tornquist¹

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental – PPGPLAN da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, Brasil

Professora Doutora Gláucia de Oliveira Assis²

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental – PPGPLAN da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, Brasil
Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE, Brasil

Professora Doutora Samira Kauchakje³

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental – PPGPLAN da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, Brasil

Organizadoras

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED
Revista PerCursos
Volume 23 - Número 53 - Ano 2022
revistapercursos.faed@udesc.br

¹ Organizadora do Dossiê e responsável pela apresentação

² Organizadora do Dossiê e responsável pela apresentação

³ Organizadora do Dossiê